ReGeo ISSN: 2177-3246

INADIMPLÊNCIA FAMILIAR E A INFLUÊNCIA DOS FATORES MACROECONÔMICOS

FAMILY DEFAULT AND THE INFLUENCE OF MACROECONOMIC FACTORS

INCUMPLIMIENTO FAMILIAR Y LA INFLUENCIA DE LOS FACTORES MACROECONÓMICOS

https://doi.org/10.56238/revgeov17n9-123

Data de submissão: 21/08/2026 **Data de publicação:** 21/09/2026

Anna Beatriz Soares Muylaert Barroso
Graduada em Ciências Contábeis
Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)
E-mail: muylaertbeatriz@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0004-6602-4416
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2986599474148486

Gilvania Barbosa Sena
Mestra em Desenvolvimento Econômico e Estratégia Empresarial
Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)
E-mail: gilvania.sena@unimontes.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0003-1005-1821
Lattes: http://lattes.cnpq.br/1217334300248509

Otil Carlos Dias dos Santos
Doutor em Ciências da Saúde
Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)
E-mail: otil.dias@unimontes.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7456-2426
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7941383309283167

Kelly Jaciara Fernandes da Silva Nunes
Doutora em Controladoria e Contabilidade (UFMG)
Instituição: Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)
E-mail: kellyjaciaraf@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9676-646X
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8701754979998018

Carlos José dos Santos
Doutor em Controladoria e Contabilidade (UFMG)
Instituição: Universidade Estadual de Goiás (UEG)
E-mail: carloscienc@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3575-9618
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8550377151503084

ReGeo

ISSN: 2177-3246

Maurício Fernando Oliveira de Miranda
Doutorando em Controladoria e Contabilidade
Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
E-mail: mauriciofernando7@ufmg.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0001-0129-1706
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8675712096653223

RESUMO
O presente estudo teve como objetivo analisar a influência dos fatores macroeconômicos, PIB, SELIC, IPCA e renda média sobre o endividamento das famílias brasileiras no período de janeiro de 2020 a junho de 2025. A pesquisa, de caráter quantitativo, descritivo e explicativo, utilizou dados de séries temporais provenientes do Banco Central do Brasil, IBGE, IPEA e CNC (PEIC). Os resultados demonstraram que a taxa de juros exerceu o maior impacto sobre o endividamento, apresentando relação positiva e significativa (coeficiente de 1,1042), enquanto o PIB e o IPCA mostraram relação negativa. O modelo econométrico apresentou elevado poder explicativo (R^2 = 0,9874). Observou-se ainda que o endividamento é inversamente proporcional à renda: famílias com até três salários-mínimos apresentaram 81,1% de endividamento, contra 67,5% entre aquelas com mais de dez salários-mínimos. Ao comparar os achados com o estudo de Leite Filho (2025), que analisou a inadimplência, verificou-se convergência teórica e complementaridade empírica: ambos confirmam a influência das variáveis macroeconômicas, mas em fases distintas do ciclo do crédito. Conclui-se que o endividamento é um fenômeno estrutural e multifatorial, reforçado por políticas monetárias restritivas, baixa renda real e uso do crédito como mecanismo de manutenção do consumo.

Palavras-chave: Endividamento Familiar. Fatores Macroeconômicos. Renda.

ABSTRACT
The present study aimed to analyze the influence of macroeconomic factors—GDP, SELIC, IPCA, and average income—on the indebtedness of Brazilian households from January 2020 to June 2025. This quantitative, descriptive, and explanatory research used time series data obtained from the Central Bank of Brazil, IBGE, IPEA, and CNC (PEIC). The results showed that the interest rate had the greatest impact on indebtedness, exhibiting a positive and significant relationship (coefficient of 1.1042), while GDP and IPCA demonstrated a negative relationship. The econometric model presented a high explanatory power (R^2 = 0.9874). It was also observed that indebtedness is inversely proportional to income: households earning up to three minimum wages had an indebtedness rate of 81.1%, compared to 67.5% among those earning more than ten minimum wages. When comparing these findings with the study by Leite Filho (2025), which analyzed delinquency, theoretical convergence and empirical complementarity were identified: both confirm the influence of macroeconomic variables, but at different stages of the credit cycle. The study concludes that indebtedness is a structural and multifactorial phenomenon, reinforced by restrictive monetary policies, low real income, and the use of credit as a mechanism for maintaining consumption.

Keywords: Household Indebtedness. Macroeconomic Factors. Income.

RESUMEN
El presente estudio tuvo como objetivo analizar la influencia de los factores macroeconómicos, PIB, SELIC, IPCA e ingreso promedio sobre el endeudamiento de las familias brasileñas en el período de enero de 2020 a junio de 2025. La investigación, de carácter cuantitativo, descriptivo y explicativo, utilizó datos de series temporales provenientes del Banco Central de Brasil, IBGE, IPEA y CNC

(PEIC). Los resultados demostraron que la tasa de interés ejerció el mayor impacto sobre el endeudamiento, presentando relación positiva y significativa (coeficiente de 1,1042), mientras que el PIB e IPCA mostraron relación negativa. El modelo econométrico presentó elevado poder explicativo (R^2 = 0,9874). Se observó además que el endeudamiento es inversamente proporcional al ingreso: familias con hasta tres salarios mínimos presentaron 81,1% de endeudamiento, contra 67,5% entre aquellas con más de diez salarios mínimos. Al comparar los hallazgos con el estudio de Leite Filho (2025), que analizó la morosidad, se verificó convergencia teórica y complementariedad empírica: ambos confirman la influencia de las variables macroeconómicas, pero en fases distintas del ciclo del crédito. Se concluye que el endeudamiento es un fenómeno estructural y multifactorial, reforzado por políticas monetarias restrictivas, bajo ingreso real y uso del crédito como mecanismo de mantenimiento del consumo.

Palabras clave: Endeudamiento Familiar. Factores Macroeconómicos. Ingreso.

1 INTRODUÇÃO

O endividamento é um tema amplo e de constante discussão, por estar associado a consequências que ultrapassam a dimensão estritamente financeira. Pesquisa da Serasa (2024), realizada com 1.766 consumidores, identificou que 55% dos entrevistados já haviam enfrentado simultaneamente problemas de saúde mental e dificuldades financeiras; entre os efeitos relatados, destacaram-se prejuízos à qualidade de vida (64%) e ansiedade (60%). Outros reflexos atingem a economia nacional: o comprometimento da renda com dívidas reduz o consumo e limita o ciclo produtivo de bens e serviços, com efeitos sobre o crescimento econômico (IDEC, 2022).

A inadimplência corresponde ao não pagamento das dívidas contraídas, e os fatores que levam ao endividamento e à inadimplência podem ser divididos em macroeconômicos e microeconômicos. Os microeconômicos estão relacionados ao comportamento do consumidor perante o comércio, enquanto os macroeconômicos dizem respeito à economia nacional, estando fora do controle ou desejo da população em geral, devendo ser analisados por meio de políticas governamentais (Chu, 2001). Nesse sentido, torna-se fundamental distinguir conceitualmente esses fatores, uma vez que o presente estudo tem foco predominante nos aspectos macroeconômicos, embora reconheça o papel complementar das variáveis microeconômicas.

As causas do endividamento familiar brasileiro são discutidas por diversos autores, que apontam os mais variados fatores. Fiorentin (2019) afirma que o endividamento está associado à falta de educação financeira da população, que se mostra despreparada para lidar com o elevado número de ofertas que surgem constantemente. O autor destaca ainda que o consumo tem sido cada vez mais utilizado como forma de obter felicidade, sem a devida consideração das consequências futuras.

Santos e Silva (2014) observam que há grande estímulo por parte das empresas de marketing, incentivando o consumidor a realizar compras compulsivas. Contudo, a população não está preparada para discernir entre necessidade real e possibilidade financeira de tais aquisições, o que contribui para o aumento dos índices de endividamento e leva as famílias ao que os autores denominam “declínio financeiro”, o desequilíbrio das finanças desses indivíduos.

Trindade *et al.* (2012) analisam o endividamento por meio do comportamento de compra, afirmando que materialismo, consumismo, busca por status social, aceitação em determinados grupos, sensação de estabilidade e de poder são os principais fatores que levam ao endividamento. Na tentativa de satisfazer seus desejos, o indivíduo gasta além de seu poder aquisitivo, recorrendo a créditos elevados com a falsa percepção de complemento de renda.

Para além do comportamento do consumidor em relação aos produtos, existem estudos que demonstram que a atuação das instituições que concedem crédito também pode agravar o

endividamento. Barone e Sader (2008) afirmam que, em meados de 2003, houve um fenômeno chamado de "bancarização", que inseriu a população de menor renda no consumo de produtos financeiros, como empréstimos e financiamentos. Porto, Cavalli e Lukic (2016) acrescentam que as instituições financeiras passaram a expandir o crédito pessoal com menos exigências, prazos maiores e taxas de juros mais baixas, visando ampliar seus lucros. No entanto, essa facilidade no acesso ao crédito resultou em um aumento significativo dos níveis de endividamento. Observa-se, portanto, que pode haver um paralelo entre o crescimento do endividamento e mudanças tanto no comportamento da população quanto nas estratégias das instituições.

Ruberto *et al.* (2013), ao investigarem a influência de variáveis macroeconômicas sobre o endividamento das famílias brasileiras entre 2005 e 2012, identificaram relações significativas com o PIB, o endividamento defasado e a taxa de câmbio. Os resultados evidenciam que o endividamento familiar não decorre exclusivamente de decisões individuais, mas também responde às condições econômicas agregadas.

Nesse sentido, buscando compreender de forma mais aprofundada como os fatores macroeconômicos podem influenciar o aumento do endividamento familiar brasileiro, identificou-se a necessidade do presente estudo. Foram analisadas pesquisas anteriores sobre o tema, entre elas: O Crescimento do Índice de Endividamento das Famílias Brasileiras (Paraíso; Fernandes, 2019); Aspectos do Endividamento das Famílias Brasileiras no Período de 2011-2014 (Bortoluzzi *et al.*, 2015); Análise do Comportamento do Nível de Endividamento dos Brasileiros (Camargos, 2022); Endividamento Familiar no Brasil: Uma Análise entre Renda, Consumo e Crédito no Período de 2012 a 2023 (Morais, 2024); e o mais recente Fatores Macroeconômicos e sua Influência na Inadimplência das Pessoas Físicas (Leite Filho, 2025). Este último serviu como principal referência comparativa devido à proximidade temática e ao uso de metodologia econométrica semelhante, ainda que aplicada à variável inadimplência, e não ao endividamento.

A maioria dos estudos sobre o tema, como o Perfil e Comportamento do Endividamento Brasileiro 2022, produzido pelo Serasa, ou a pesquisa Indicadores de Endividamento de Risco e Perfil do Tomador de Crédito, do Banco Central (2020), apresenta análises microeconômicas que vinculam o endividamento diretamente ao comportamento do consumidor. Contudo, nota-se, por meio da análise das pesquisas já realizadas, que há também influência de fatores macroeconômicos, como a taxa de juros, o Produto Interno Bruto (PIB) e a inflação. Quanto aos achados que fundamentam o presente estudo, observa-se que eles abordam os fatores macroeconômicos e o endividamento, mas não investigam sua influência de forma segmentada por faixas de renda.

Diante disso, formula-se o seguinte problema de pesquisa: de que forma os fatores macroeconômicos podem ser relacionados ao endividamento das famílias brasileiras classificadas por faixa de renda? Assim, este estudo tem como objetivo geral investigar se os fatores macroeconômicos constituem variáveis determinantes para o crescimento do endividamento das famílias no Brasil, ao mesmo tempo em que busca identificar quais grupos de renda são mais impactados por esses fatores. Para alcançar esse objetivo, definem-se como objetivos específicos analisar a evolução dos índices de endividamento familiar no período compreendido entre o primeiro trimestre de 2020 e o segundo trimestre de 2025, encerrado em junho de 2025; examinar as variações nos principais indicadores macroeconômicos inflação, taxa de juros e Produto Interno Bruto (PIB) e suas possíveis correlações com o aumento do endividamento; identificar os tipos de dívidas mais recorrentes contraídas pelas famílias brasileiras em momentos de instabilidade econômica; e mapear quais faixas de renda se mostram mais vulneráveis às oscilações macroeconômicas ao longo desse período.

Este estudo busca contribuir com a literatura ao oferecer subsídios para novas pesquisas acadêmicas relacionadas ao impacto da inflação no endividamento das famílias brasileiras. Além disso, pretende fomentar a reflexão sobre políticas públicas voltadas à proteção do consumidor, incentivando a implementação de medidas que promovam a educação financeira e a conscientização sobre os riscos associados às variações inflacionárias.

Quanto à metodologia, trata-se de um estudo de natureza quantitativa, com caráter descritivo e explicativo. A abordagem quantitativa foi utilizada para analisar os dados numericamente, com o intuito de descrever as informações coletadas e compreender as relações entre os fatores macroeconômicos e o endividamento.

O contexto apresentado evidencia a relevância do tema e reforça a necessidade de estudos aprofundados sobre o assunto. Por essa razão, o presente trabalho está fundamentado em referencial teórico que abrange os principais conceitos e pesquisas necessários para a obtenção dos objetivos propostos. O referencial teórico está estruturado nos seguintes tópicos: Dívida, Endividamento e Inadimplência; Fatores Macroeconômicos; Relação Entre Fatores Macroeconômicos e endividamento, Além da Metodologia, Análise de Dados e Considerações Finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DÍVIDA, ENDIVIDAMENTO E INADIMPLÊNCIA

Quando se trata de endividamento, os estudos e conceituações devem ser minuciosos. Há diferença entre dívida, endividamento e inadimplência, temas que são frequentemente confundidos, o

que é natural, uma vez que não há uma definição única e universal. Ainda assim, existe certa concordância entre os conceitos apresentados pela literatura.

Os conceitos de dívida e endividamento possuem uma linha tênue entre si. Lopes e Formiga (2020) conceituam dívida como a dificuldade econômica de um indivíduo em quitar um saldo devedor. Já Bonomo, Mainardes e Laurett (2017) apresentam definição parcialmente convergente, ao afirmar que dívida é o resultado de um contrato que prevê prazos e valores entre credor e devedor. Assim, o primeiro autor entende que a dívida pressupõe limitação econômica, enquanto o segundo não considera a dificuldade financeira como requisito, compreendendo dívida como um compromisso contratual.

Kunkel *et al.* (2015) definem dívida como a aquisição de um passivo a descoberto, ou seja, a obtenção de um bem sem capacidade de pagamento imediato, mas com prazo estabelecido para quitação. Dessa forma, trata-se de um contrato em que o pagamento não ocorre no momento da aquisição, mas dentro de um período previamente acordado.

Em relação ao conceito de endividamento, Porto, Cavalli e Lukic (2016) o descrevem como a obtenção de crédito acima da capacidade de pagamento do indivíduo, não especificando se essa definição está necessariamente ligada a prazos. Para Bonomo *et al.* (2017), dívida é o resultado de um contrato entre credor e devedor, enquanto o endividamento faz parte de um processo que se inicia na decisão de compra de um produto ou serviço, passa pela gestão inadequada dos próprios recursos financeiros e culmina na incapacidade de arcar com os valores acordados. No estudo de Kunkel *et al.* (2015), o endividamento é caracterizado pelo não pagamento, dentro do prazo, do passivo a descoberto originalmente classificado como dívida.

Para Lopes e Formiga (2020), quando um indivíduo realiza aquisições que ultrapassam sua capacidade de pagamento, encontra-se em condição de endividamento. Marques e Frade (2003) definem endividamento como todo saldo devedor cuja quitação enfrenta dificuldade, seja em relação a pessoa física ou jurídica.

O Observatório do Endividamento dos Consumidores (OEC, 2002) conceitua endividamento como o saldo devedor de um agregado familiar, não fazendo referência ao atraso no pagamento. Flores *et al.* (2013) afirmam que endividamento corresponde ao ato de assumir ou contrair dívidas. Para Guttmann e Plihon (2008), o endividamento é um mecanismo que permite aos consumidores inserirem-se no mercado mesmo sem grande comprometimento imediato da renda, pois possibilita a diluição dos valores em parcelas compatíveis com o orçamento familiar.

Trindade *et al.* (2012) compartilham essa perspectiva ao entender o endividamento como mecanismo relevante para aquisição de bens duráveis, destacando que seu uso deve ocorrer de maneira racional, uma vez que o não pagamento pode gerar consequências tanto para o devedor quanto para a

economia do país. Bussinger (2005) também concorda com essa visão, observando o endividamento como forma de construir o futuro, desde que utilizado de maneira adequada e consciente. Assim, percebe-se que os autores analisados concebem o endividamento como a aquisição de dívidas a serem pagas em determinado período.

Dessa forma, observa-se que os conceitos de dívida e endividamento se entrelaçam. Com base nos autores analisados, conclui-se que dívida refere-se ao ato de dever algo, enquanto endividamento diz respeito à condição do indivíduo de possuir um conjunto de parcelas futuras. Para o conceito de inadimplência, há maior consenso entre os autores.

Segundo Barth (2004), uma pessoa física ou jurídica torna-se inadimplente quando não cumpre a quitação de sua dívida no prazo estabelecido em contrato. Em concordância, o Fundo Monetário Internacional (FMI) define inadimplência como a incapacidade ou falha de um devedor em cumprir suas obrigações financeiras (FMI, s.d.). Santos (2000) também afirma que inadimplência é o não pagamento de obrigações previamente assumidas.

O Relatório de Cidadania Financeira do Banco Central do Brasil (BCB, 2021) adota critério temporal, caracterizando como inadimplente o indivíduo que possui parcelas vencidas há mais de 90 dias. Maia (2007) reforça essa definição ao conceituar inadimplência como quebra contratual decorrente do não pagamento no prazo estipulado.

O endividamento, portanto, corresponde à contração de dívidas e não necessariamente ao não pagamento. Quando ocorre o não pagamento, caracteriza-se a inadimplência, fenômeno que afeta diretamente a condição financeira e a qualidade de vida das famílias. Nos estudos sobre endividamento, considera-se tanto os fatores macroeconômicos quanto os microeconômicos, de modo a compreender como variáveis individuais e estruturais influenciam o comportamento financeiro das famílias.

2.2 FATORES MACROECONÔMICOS

A distinção entre fatores macroeconômicos e microeconômicos é central para a análise econômica: enquanto os fatores macroeconômicos englobam variáveis agregadas que afetam a economia como um todo como inflação, taxa de juros, PIB e desemprego, os microeconômicos dizem respeito ao comportamento de agentes individuais, como consumidores, empresas e mercados específicos. Segundo Mankiw (2021), a macroeconomia observa o desempenho global da economia, ao passo que a microeconomia estuda como decisões individuais influenciam preços e alocação de recursos. Para Samuelson e Nordhaus (2010), essa separação é fundamental para compreender tanto os movimentos amplos da atividade econômica quanto as escolhas e interações em nível mais detalhado.

Fatores microeconômicos são, segundo Chu (2001), fatores parcialmente controlados pelo indivíduo ou pela instituição de crédito. Podem-se citar tais fatores como desemprego, gastos acima da capacidade de pagamento, má gestão do dinheiro e falta de educação financeira, por exemplo. Bresser-Pereira (1976) afirma ainda que a microeconomia é a análise do comportamento individual de consumidores e produtores, observando suas funções e alterações dentro da economia total. Sendo assim, nota-se que os fatores da microeconomia que influem no endividamento podem, de certa forma, ser alterados pelo agente estudado por meio de mudança de estratégia ou atitude.

Entretanto, temos a macroeconomia que, segundo Bresser-Pereira (1976), analisa a economia por meio dos chamados agregados econômicos, que seriam: renda, consumo e investimentos agregados. Nesse contexto, estão inseridas as ações governamentais que fomentam contratações, visando o pleno emprego, a estabilidade monetária e a distribuição de renda. Chu (2001) afirma que os fatores macroeconômicos do endividamento e inadimplência fogem do controle das famílias e estão ligados, por exemplo, à taxa de juros, à economia pouco aquecida e ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Ao analisar de maneira mais aprofundada os fatores macroeconômicos, que serão de maior interesse para este estudo, Linardi (2008) afirma que fatores como a taxa de juros de curto prazo, o hiato do PIB e a inflação estão ligados à inadimplência. Ainda segundo o autor, a expectativa de alta da inflação faz com que as taxas de juros reais aumentem. Esse aumento provoca também elevação nos valores das dívidas dos consumidores.

Segundo o Banco Central (2025), existem mecanismos usados para moldar o comportamento de algumas variáveis da economia, como a inflação. O principal instrumento a ser utilizado é a taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), que é a taxa básica de juros da economia brasileira, aquela que determinará alterações em todas as outras. Em momentos de alta da inflação, a Selic é aumentada para conter a demanda por produtos e frear as altas nos preços, uma vez que a oferta se mantém, mas a demanda diminui. Entretanto, para produtos financeiros já consumidos e em momento de liquidação, esse aumento pode significar também o aumento da dívida.

Inflação é um termo amplamente utilizado no cotidiano e frequentemente mencionado nas notícias, embora sua definição nem sempre seja clara. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação trata-se do aumento generalizado dos preços de bens e serviços, medido por diversos índices sendo o IPCA o principal indicador oficial adotado pelo governo federal. Esse índice avalia a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços ao longo de um determinado período, permitindo calcular a inflação correspondente. O problema surge quando essa variação supera o crescimento dos salários, reduzindo o poder de compra da população (IBGE, 2025).

O Banco Central do Brasil (BCB) traz o mesmo conceito sobre inflação, além de apontar que as causas da inflação são diversas, agrupando-as em: pressões de demanda, pressões de custos, inércia inflacionária e expectativas de inflação. O órgão afirma ainda que o principal efeito do aumento da inflação é a diminuição do poder de compra da moeda nacional e vai além, afirmando que as incertezas trazidas acarretam diminuição de investimentos e prejuízos ao crescimento econômico, sendo que a camada social de renda mais baixa é a mais afetada em tempos de alta da inflação (BCB, 2025).

Conforme destacado pelo Senado Federal (2024), o Brasil passou por diversos períodos de descontrole inflacionário ao longo de sua história, sendo o mais expressivo deles ocorrido no final da década de 1980 e início da década de 1990, quando a inflação atingiu patamares superiores a 2.500% ao ano, em um contexto de elevada instabilidade econômica. À época, os preços dos produtos podiam sofrer alterações ao longo de um único dia e o país passou por sucessivas mudanças monetárias. Entre as principais tentativas de estabilização estiveram o Plano Cruzado (1986), o Plano Bresser (1987), o Plano Verão (1989), o Plano Collor I (1990), o Plano Collor II (1991) e o Plano Real (1994).

Ainda de acordo com o Senado Federal (2024), a situação só foi controlada com a criação do Plano Real, quando o presidente da época criou um plano que alteraria a moeda corrente nacional para o Real e conseguiria, então, frear os expressivos e sucessivos aumentos inflacionários. O plano consistia em alterar gradativamente a moeda nacional, o Cruzeiro Real, para uma moeda de transição, a Unidade Real de Valor – URV, até a passagem para o Real. Junto a tal alteração, houve ainda outros fatores que contribuíram para o sucesso do plano, como a abertura financeira e comercial e a baixa dos juros da dívida externa. Havia, então, todo um cenário favorável ao plano.

Desde então, vem-se tentando manter as metas de inflação, mas há sempre o medo de a hiperinflação voltar. Entretanto, segundo o Banco Central, desde a criação do Plano Real, vem sendo possível manter a inflação relativamente baixa, sendo cumpridas dentro da meta. Em estudo comparativo do Banco Central, desde 1999 a inflação vem se mantendo dentro das metas estipuladas, que variaram de 6% em 1999 a 4,5% em 2024. Em alguns anos, houve aumentos não esperados, como em 2002 (9,3%), 2015 (10,67%) e 2021 (10,6%).

Há ainda um outro cenário: o de deflação, que é quando há baixa inesperada de preços. Ao contrário do que possa parecer, o Banco Central do Brasil (2025) afirma que a deflação não é desejada, pois acarretaria prejuízos, como no caso em que um estoque fosse vendido hoje por preço inferior ao que foi adquirido no passado. Portanto, o órgão afirma que o desejável é que haja inflação, entretanto que ela seja baixa, constante e previsível, sempre dentro das metas analisadas e esperadas pelos órgãos competentes.

Outro fator macroeconômico a ser considerado é a taxa de juros. Os juros são o valor do dinheiro no tempo e são considerados o aluguel do dinheiro emprestado, um valor pago pelo tempo que se usa o dinheiro não pertencente ao indivíduo. A taxa de juros pode ser dividida em simples, composta ou real. A diferença está na fórmula para se chegar aos juros finais. Na primeira, teremos juros sobre o capital inicial emprestado; na segunda, serão acrescidos os juros do período anterior ao montante inicial, e, aí sim calculado o novo valor, este é chamado de juros sobre juros; e na terceira, temos os juros descontados da taxa de inflação para se chegar ao resultado (BCB, 2025).

A principal taxa de juros do Brasil é a Selic, sigla para Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, operado pelo Banco Central. Trata-se da taxa básica de juros da economia, utilizada como referência para a definição de todas as demais taxas praticadas no mercado. Quando o Banco Central altera a Selic, ajusta-se também o custo do crédito na economia, influenciando, por exemplo, as taxas de captação dos bancos e, consequentemente, o valor dos empréstimos, que pode aumentar ou diminuir conforme as expectativas econômicas.

A taxa de juros das operações de crédito incorpora, entre outros componentes, o risco de inadimplência associado à transação. Vieira, Roma e Ferreira (2014) analisaram a relação entre o custo do crédito pessoal, o endividamento das famílias e a taxa Selic, evidenciando a relevância do custo financeiro para a vulnerabilidade dos tomadores. Por isso, a taxa e a forma de cálculo dos encargos devem ser consideradas no momento da contratação, pois influenciam diretamente o valor das parcelas e o montante final a pagar.

Um terceiro fator macroeconômico necessário para se relacionar ao endividamento é o PIB. De acordo com o IBGE (2025), o Produto Interno Bruto é a soma de todos os serviços e produtos finais produzidos pelo país em um determinado período, que geralmente é de um ano. O mesmo é um indicador de fluxo de novos bens e serviços, e não a soma das riquezas do país, como conhecido pelo senso comum.

Ainda segundo o IBGE (2025), a partir do PIB é possível fazer análises acerca da distribuição de renda, saúde, qualidade de vida e educação de um país. Sendo então possível avaliar o desempenho do país, compará-lo a outras economias e auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas nas áreas afetadas de forma negativa.

Para Ribeiro e Maia (2022), o aumento da inflação e a deterioração do mercado de trabalho reduzem o poder de compra e contribuem para o endividamento familiar. Esses fatores macroeconômicos interagem com o nível de atividade econômica e com a renda disponível das famílias.

Faz-se necessário, então, uma análise acerca das influências dos fatores macroeconômicos sobre a capacidade de compra do consumidor e de que maneira tais fatores influenciam a renda familiar.

Para Neri, Camargo e Gonzaga (2001), o salário-mínimo tem o objetivo de garantir que o trabalhador tenha uma remuneração mínima, protegendo-o de explorações e trazendo o mínimo de qualidade de vida. Segundo o BCB (2025), o salário-mínimo no Brasil começou a ser instituído em 1940. Houve períodos em que seu reajuste era necessário mensalmente, como na recessão em que a inflação estava descontrolada, e atualmente é reajustado a cada ano.

Diversos outros fatores se relacionam ao salário-mínimo, não somente os empregos formais que têm o salário-mínimo como remuneração. Segundo os autores, há uma relação com trabalhadores informais, uma vez que os mesmos se baseiam no salário-mínimo para precificar seus serviços, além de empregadores formais que se baseiam no mínimo para divulgar os salários pagos, com o chamado efeito numerário por exemplo: o empregado ganhará dois salários mínimos; o empregado ganhará três salários mínimos. (Neri, Camargo e Gonzaga, 2001)

No entanto, o salário mínimo é apenas uma base, mas muitas vezes não é suficiente para a existência das famílias. Para Fiorentin (2019), é necessário estar atento ao mínimo existencial. Esse mínimo é baseado individualmente em cada realidade familiar. Portanto, o salário-mínimo pode ser suficiente para certas famílias; entretanto, para outras, não.

Nesse sentido, pode-se buscar uma relação entre o nível de endividamento e as faixas salariais. Para Porto *et al.* (2016), as classes mais baixas são as mais afetadas no que tange ao endividamento e à inadimplência, uma vez que adquirem mais produtos financeiros como complemento de renda, sem analisar todos os contextos de pagamento.

2.3 RELAÇÃO ENTRE FATORES MACROECONÔMICOS E ENDIVIDAMENTO

O custo do crédito constitui um importante canal de transmissão entre a política monetária e o orçamento das famílias. Alterações na taxa Selic afetam, em diferentes intensidades, as taxas praticadas nas operações de crédito e podem elevar o serviço das dívidas e a vulnerabilidade financeira dos tomadores, especialmente nas modalidades de maior custo (BCB, 2020).

Tratando ainda da relação entre a taxa básica de juros e a inflação, os responsáveis por sua alteração buscam, com o aumento dessa taxa, modificar as expectativas econômicas. Ao elevá-la com o objetivo de conter a inflação, espera-se uma retração das atividades econômicas no presente e no futuro, o que pode gerar expectativas de estabilização ou queda nos preços. No entanto, é fundamental

que a população esteja ciente dessas projeções sobre o comportamento inflacionário para planejar adequadamente suas decisões financeiras (BCB, 2025).

A educação financeira pode ser uma das chaves para a diminuição do endividamento familiar, contudo ainda é uma realidade distante da maioria das famílias brasileiras. O baixo letramento financeiro é um dos fatores mais estudados quando se trata de endividamento. Em alguns casos, as famílias realizam seu planejamento financeiro de maneira organizada, mas não consideram as perspectivas de aumento nos preços, ou seja, a inflação. Assim, no momento das compras programadas ou do pagamento de serviços contratados, o orçamento acaba comprometido (Paraíso; Fernandes, 2019).

Ruberto *et al.* (2013) afirmam que há forte influência macroeconômica no endividamento familiar, e que famílias já endividadas tendem a agravar essa condição ou enfrentar inadimplência durante períodos de alta inflacionária e de juros elevados. No entanto, os autores também destacam que, ao considerarem os efeitos da inflação a longo prazo e planejarem seus gastos de forma adequada, as famílias podem evitar ou minimizar essas consequências negativas.

Para Paraíso e Fernandes (2019), em períodos de desaceleração econômica, os brasileiros tendem a aumentar seus níveis de endividamento, uma vez que uma parcela da renda familiar já se encontra comprometida. A outra parte, destinada às despesas básicas como alimentação e vestuário, torna-se ainda mais vulnerável diante do aumento dos preços e das taxas de juros. Tal cenário resulta na redução do poder de compra e, muitas vezes, na busca por produtos financeiros como forma de complementar a renda.

Ribeiro e Lara (2016) analisam que as classes mais atingidas pelo endividamento são aquelas com rendas de até três salários-mínimos. Segundo os autores, essas famílias recorrem a diversos meios para complementar a renda, utilizando limites de cartão de crédito e outros produtos financeiros para suprir necessidades básicas. No entanto, em momentos de alta inflacionária e aumento das taxas de juros, esses produtos tornam-se mais caros, comprometendo ainda mais a renda familiar.

Santos e Silva (2014) destacam que os jovens de baixa renda são os mais propensos ao endividamento, uma vez que o início da carreira profissional geralmente está associado a salários baixos e menor estabilidade. Os autores também apontam que a principal fonte das dívidas desses jovens é o cartão de crédito, que possui altas taxas de juros e cujos encargos variam mensalmente. Essa instabilidade dificulta o controle financeiro e aumenta o risco de inadimplência.

Já para Pochmann (2018), a queda do PIB brasileiro pode resultar em maiores taxas de desemprego, fator que interfere diretamente na inadimplência do consumidor. Em situações de perda

de renda, dívidas com produtos financeiros tendem a ser postergadas, à medida que a família prioriza necessidades mais urgentes.

Diante disso, busca-se analisar a possível relação entre fatores macroeconômicos e o endividamento de famílias brasileiras, divididas em duas faixas salariais, a fim de melhor apresentar e interpretar os dados. A seguir, será apresentada a metodologia adotada para a obtenção dos resultados esperados

3 METODOLOGIA

Na metodologia do presente artigo, foi utilizada como base o estudo de Leite Filho (2025), elencado na lista de estudos anteriores, uma vez que tal estudo possui diversas características semelhantes ao que serão descritos no atual projeto, além de ser um modelo recente e atualizado.

O estudo em questão é de natureza quantitativa, com caráter descritivo e explicativo. Quando se trata de abordagem quantitativa pode-se mensurar de forma objetiva através de métodos estatísticos os dados obtidos. Para Silva, Lopes e Braga Junior (2014) tem-se uma pesquisa quantitativa quando se tem conhecimento e teoria suficiente acerca dos dados analisados a ponto de pode-los transformar em números, buscando validar as informações obtidas por meio da estatística.

Já para o caráter descritivo temos a análise de Gil (1999) onde o mesmo afirma que pesquisas descritivas tem como finalidade descrever características de uma população e estabelecer relações entre variáveis. No presente estudo analisou-se uma possível relação entre variáveis especificas como a variação dos índices inflacionários e o endividamento familiar.

Quando se trata de caráter explicativo podemos descrevê-lo como a busca pela compreensão dos dados analisados, de forma a explicar as causas e efeitos das variáveis pesquisadas. Nesse sentido busca-se validar os dados descritos e relacioná-los. A pesquisa explicativa vem para complementar o caráter descritivo, onde o dado já descrito vem para explicar o “porque” do resultado encontrado. (Lakatos; Marconi 2001).

O presente projeto utilizou dados secundários obtidos em bases oficiais. Obtendo informações a partir da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) onde firam buscados dados relativos ao endividamento familiar brasileiro. Tal pesquisa fornece de forma mensal indicadores como a porcentagem das famílias endividadas e inadimplentes, bem como o tempo de endividamento, os principais tipos de dívidas e as faixas salariais desses endividados.

Já para a análise dos dados acerca dos fatores macroeconômicos, foram coletados dados do IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) onde foi analisada a variável inflação. Para os índices de taxa de juros coletou-se dados acerca da SELIC divulgados pelo

Banco Central do Brasil (BCB). Quanto a variável do PIB obtivemos a partir dos dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do IBGE.

Temos para o estudo como variáveis dependentes analisadas, percentual de famílias endividadas, percentual de famílias inadimplentes, principais tipo de dívidas além da variação de renda familiar. Ademais, foram analisadas as variáveis independentes, essas relacionadas ao contexto macroeconômico, sendo elas, índice de inflação, taxa básica de juros e variação do PIB.

A análise dos dados foi conduzida a partir da organização e tratamento das séries temporais trimestrais referentes ao período de janeiro de 2020 a junho de 2025, contemplando o endividamento das famílias, renda média, inflação (IPCA), taxa básica de juros (SELIC) e Produto Interno Bruto (PIB), além das informações da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), segmentadas por faixas de renda mensal. Para o processamento das informações, foram utilizadas planilhas eletrônicas no software Excel, no qual se realizou inicialmente a estatística descritiva das variáveis, incluindo cálculos de médias, medianas, desvios-padrão e coeficientes de variação, além da elaboração das tabelas utilizadas na análise. As séries temporais também foram examinadas graficamente, a fim de identificar tendências, oscilações e padrões presentes ao longo do período analisado.

Na etapa seguinte, foram aplicadas técnicas estatísticas inferenciais para investigar as relações entre as variáveis macroeconômicas e o endividamento familiar. Primeiramente, estimou-se a matriz de correlação de Pearson, permitindo identificar a direção e a intensidade das relações entre as variáveis. Em seguida, foi estimado um modelo de regressão linear múltipla com dados trimestrais do período, possibilitando avaliar o efeito conjunto do PIB, SELIC, IPCA e renda média sobre o endividamento, cujos coeficientes e significâncias foram analisados. A distribuição do endividamento por faixa de renda, foi incorporada para complementar a análise dos efeitos distributivos observados. Como não foram identificados indícios de multicolinearidade entre as variáveis independentes, não houve necessidade de aplicação de modelos alternativos, como a Regressão Ridge, sendo mantida a regressão linear múltipla como técnica central do estudo.

4 ANÁLISE DE DADOS

Os dados desta pesquisa foram obtidos a partir de séries temporais anuais e trimestrais, abrangendo o período de janeiro de 2020 a junho de 2025, com observações válidas referentes ao endividamento das famílias brasileiras, e variáveis macroeconômicas correlatas, tais como Produto Interno Bruto (PIB), taxa básica de juros (SELIC), inflação (IPCA) e renda média familiar. Complementarmente, foram incorporadas informações da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência

do Consumidor (PEIC), segmentadas por faixas de renda familiar mensal (até 3 salários-mínimos, de 3 a 5, de 5 a 10 e acima de 10 salários-mínimos).

Inicialmente, realizou-se uma análise descritiva das variáveis, observando-se a dispersão e o comportamento médio de cada uma ao longo do período analisado. A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas das principais variáveis analisadas no período compreendido entre o primeiro trimestre de 2020 e o segundo trimestre de 2025. Esses indicadores permitem uma visão inicial do comportamento do endividamento familiar e dos fatores macroeconômicos associados, servindo como base para as análises realizadas ao longo do estudo. Conforme apresentado na Tabela 1:

Tabela 1. Estatísticas descritivas das variáveis (1º trimestre de 2020 ao 2º trimestre de 2025)

Variável	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Coeficiente de Variação
Endividamento (%)	74,9	76,0	4,8	66,5	79,0	6,4%
PIB (%)	1,8	2,7	2,6	-3,3	4,6	144,4%
SELIC (%)	10,9	11,2	4,2	3,0	14,0	38,5%
IPCA (%)	6,1	5,2	2,1	3,9	9,3	34,4%
Renda Média (R$)	3.067	3.050	180	2.900	3.300	5,9%

Fonte: elaboração própria a partir de dados do BCB (2025), IBGE (2025), IPEA (2025) e CNC (2025).

Conforme exposto na Tabela 1, observa-se que o percentual de famílias endividadas apresentou baixa dispersão entre janeiro de 2020 e junho de 2025 com coeficiente de variação de 6,4%, mantendo uma tendência de alta moderada, porém contínua. Essa estabilidade relativa, mesmo diante de choques econômicos, indica que o endividamento assumiu caráter estrutural, funcionando como mecanismo recorrente de manutenção de consumo.

As variáveis macroeconômicas clássicas, como PIB e SELIC, apresentaram maior dispersão, refletindo as mudanças nas condições econômicas e nas políticas monetárias observadas no período. O PIB teve forte queda em 2020 (-3,3%) devido aos efeitos da pandemia, seguida de recuperação gradual, enquanto a SELIC apresentou elevação expressiva a partir de 2022, alcançando 14% em 2025. O IPCA oscilou em torno de 6% ao ano, com picos em 2022 e tendência de normalização em 2024 e 2025

Analisando o desempenho do PIB, em decorrência da apresentação de grande variação, pode-se ligar ao reflexo dos impactos da pandemia da COVID-19 e de sua posterior recuperação. A queda acentuada de 3,3% em 2020 corresponde ao momento mais crítico das medidas de restrição, contração da atividade e interrupção de cadeias produtivas. Em 2021 e 2022, observa-se movimento de recuperação em “V”, com taxas positivas impulsionadas pelo reaquecimento do setor de serviços, retomada do consumo e programas emergenciais, como Auxílio Emergencial e políticas fiscais de

estímulo (IBGE, 2025). Em 2023 e 2024, o crescimento volta a moderar-se, refletindo política monetária restritiva e desaceleração global.

A SELIC apresentou aumento expressivo a partir de 2021, atingindo níveis historicamente elevados (14%), em estratégia do Banco Central para conter pressões inflacionárias pós-pandemia. Esse movimento elevou o custo do crédito, ampliando o comprometimento de renda das famílias.

A inflação mostrou média de 6,1% no período, com picos em 2021 e 2022, associados ao aumento de preços de combustíveis, alimentos e energia efeitos globais da retomada econômica, desorganização logística e conflitos externos.

O comportamento da renda média foi mais estável, com aumento modesto de cerca de 18% no período, mas insuficiente para compensar o avanço da inflação e do custo de crédito. Assim, enquanto os juros e a inflação variaram fortemente, a renda manteve trajetória quase linear, o que tende a aumentar a vulnerabilidade financeira das famílias.

Os padrões identificados estão alinhados aos achados de Leite Filho (2025), que, ao analisar a inadimplência, observou baixa variação dessa variável em contraste com a forte volatilidade do PIB, do IPCA e da Selic. Ambos os estudos indicam que, apesar das oscilações econômicas, as condições de crédito e o comportamento financeiro das famílias mantêm relativa estabilidade estrutural.

Apresenta-se no momento a matriz de correlação entre as variáveis estudadas no período que vai do primeiro trimestre de 2020 ao segundo trimestre de 2025. Essa análise permite identificar a intensidade e a direção das relações entre o endividamento familiar e os principais indicadores macroeconômicos, conforme a Tabela 2:

Tabela 2. Matriz de correlação entre as variáveis (1º trimestre de 2020 ao 2º trimestre de 2025)

Variável	Endividamento	PIB	SELIC	IPCA	Renda
Endividamento	1	0,12	0,86	0,41	0,25
PIB	-0,12	1	-0,46	-0,29	0,52
SELIC	0,86	-0,46	1	0,32	-0,15
IPCA	0,41	-0,29	0,32	1	-0,08
Renda Média	0,25	0,52	-0,15	-0,08	1

Fonte: elaboração própria com base nos dados de 2020- junho 2025.

De acordo com a Tabela 2 a análise das correlações mostra que a taxa SELIC apresenta forte correlação positiva (0,86) com o nível de endividamento, sugerindo que o aumento dos juros não reduziu o endividamento. Famílias continuam recorrendo a empréstimos mesmo quando os juros se elevam, sobretudo para despesas essenciais padrão semelhante ao identificado por Leite Filho (2025) no contexto da inadimplência. Mesmo com o encarecimento do crédito, o consumo via endividamento manteve-se elevado, o que indica um uso recorrente do crédito para manutenção do padrão de vida, e não apenas para aquisição de bens duráveis.

O PIB e o IPCA apresentaram correlações mais fracas, com sinais negativos e positivos respectivamente, evidenciando que o crescimento econômico e a inflação não possuem relação linear direta com o endividamento no curto prazo.

A renda média teve correlação positiva, ainda que baixa (0,25), indicando que o aumento da renda agregada pode vir acompanhado de aumento no consumo financiado.

Após a verificação das relações simples, foi estimado um modelo de regressão linear múltipla para avaliar o efeito conjunto das variáveis macroeconômicas sobre o endividamento das famílias. O modelo foi estimado conforme a equação:

$$\text{Endividamento } t = \beta 0 + \beta 1 PIBt + \beta 2 SELICt + \beta 3 IPCAt + \beta 4 Rendat + \epsilon t$$

O modelo foi processado com os dados trimestrais de janeiro de 2020 a junho de 2025.A seguir, apresenta-se os resultados da regressão múltipla estimada para identificar os efeitos dos principais indicadores macroeconômicos sobre o endividamento familiar no período analisado. Os coeficientes, acompanhados de seus erros padrão, estatísticas t e valores de significância, permitem avaliar a intensidade e a relevância estatística das relações entre as variáveis independentes e o nível de endividamento das famílias. Estes dados estão apresentados na tabela 3:

Tabela 3. Resultados do modelo de regressão

Variável	Coeficiente	Erro Padrão	Estatística t	p-valor
PIB	-0,0921	0,0314	-2,93	0,018
SELIC	+1,1042	0,2105	5,25	0,002
IPCA	-0,0833	0,452	-1,84	0,091
Renda	+0,0061	0,0028	2,18	0,056
Intercepto	51,72	---	---	---
R^2	0,9874	---	---	---

Fonte: elaboração própria com base nos dados do BCB, IBGE, IPEA e CNC 2025.

De acordo com a Tabela 3 o coeficiente de determinação (R^2 = 0,9874) indica que aproximadamente 98,7% da variação do endividamento pode ser explicada pelas variáveis incluídas no modelo. O modelo é estatisticamente significativo no conjunto (F < 0,01), confirmando sua adequação explicativa.

Entre as variáveis analisadas, a taxa SELIC mostrou o maior impacto positivo e altamente significativo, evidenciando que os períodos de elevação de juros (janeiro de 2022 à junho de 2025) foram acompanhados de aumento no percentual de famílias endividadas. Isso indica que o encarecimento do crédito não resultou em retração da demanda, mas sim em dependência contínua do financiamento.

O PIB apresentou relação negativa e significativa. Períodos de crescimento econômico reduzem a necessidade de crédito de sobrevivência, ao passo que quedas do PIB, especialmente a de 2020, aumentam a dependência do crédito para manutenção do consumo básico.

Já a inflação (IPCA) apresentou sinal negativo, sugerindo que períodos de maior inflação foram acompanhados de leve queda no endividamento, devido à retração do consumo e da concessão de crédito.

Por fim, a renda média manteve relação positiva, indicando que o aumento da renda nacional está associado a maiores níveis de endividamento, o que reflete o padrão de consumo financiado observado nas famílias brasileiras.

A distribuição do endividamento das famílias brasileiras por faixa de renda em junho de 2025 evidencia quais grupos apresentam maior vulnerabilidade financeira e quais tipos de crédito são mais utilizados em cada segmento, conforme Tabela 4:

Tabela 4. Endividamento por faixa de renda (junho/2025)

Faixa de renda familiar (R$)	% de famílias endividadas	Tipo de crédito predominante
Até 03 salários-mínimos	81,1%	Cartão de crédito, crédito pessoal
De 3 a 5 salários mínimos	80,9%	Consignado, automotivo
De 5 a 10 salários-mínimos	78,7%	Imobiliário, automotivo
Acima de 10 salários-mínimos	67,5%	Imobiliário, automotivo

Fonte: elaboração própria com base nos dados do CNC, Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), junho de 2025.

Observa-se na Tabela 4 que o endividamento apresenta comportamento inversamente proporcional ao nível de renda, de modo que, à medida que o rendimento familiar diminui, o percentual de famílias endividadas aumenta. As famílias com renda de até R$ 4.554 (até 3 salários-mínimos) concentram mais de 80% dos casos registrados, enquanto nos domicílios com rendimento mensal superior a R$ 15 mil o índice de endividamento situa-se abaixo de 68%. Essa variação de aproximadamente 13 pontos percentuais entre as faixas extremas indica que a distribuição do endividamento no país acompanha o padrão de desigualdade de renda, refletindo diferenças na forma de acesso, uso e dependência do crédito ao longo da pirâmide socioeconômica.

A maior incidência de endividamento entre as classes de menor renda está associada, entre outros fatores, à limitação no acesso a modalidades de crédito de longo prazo e menor custo, bem como à maior utilização de linhas de curto prazo, tradicionalmente caracterizadas por taxas mais elevadas. Com isso, o crédito assume função predominantemente voltada para a manutenção do consumo corrente e para a cobertura de despesas essenciais, o que contribui para níveis mais elevados e persistentes de endividamento dentro desse grupo. Essa dinâmica evidencia que a estrutura de renda

exerce papel relevante na composição do crédito, influenciando tanto o volume quanto o tipo de operação contratada.

Em comparação, Leite Filho (2025) identificou associações entre variáveis macroeconômicas e a inadimplência das pessoas físicas. Os resultados do presente estudo diferem parcialmente desses achados, uma vez que a variável aqui analisada é o endividamento, e não a inadimplência. Tal distinção contribui para explicar diferenças na direção dos coeficientes: enquanto a inadimplência representa o descumprimento de obrigações, o endividamento abrange a contratação de obrigações financeiras ainda em curso.

Os resultados obtidos também apresentam compatibilidade com a literatura teórica e empírica sobre endividamento. O coeficiente positivo da Selic reforça a influência das condições monetárias sobre o comportamento financeiro das famílias. Em períodos de elevação dos juros, o crédito se torna mais oneroso e pode ampliar o comprometimento da renda, sobretudo entre tomadores que dependem de modalidades rotativas ou de curto prazo. Estudos do Banco Central do Brasil (2020) mostram que a transmissão da Selic para as taxas de crédito varia conforme a modalidade e que os segmentos de crédito livre apresentam maior sensibilidade às alterações da taxa básica.

A relação negativa entre PIB e endividamento sugere que a expansão econômica pode contribuir para a melhora do mercado de trabalho e da renda real, reduzindo a necessidade de crédito destinado à cobertura de insuficiências de renda. Linardi (2008) demonstrou que a inadimplência bancária é sensível a choques no hiato do produto, na renda média dos trabalhadores e na taxa de juros nominal, enquanto Ruberto *et al.* (2013) identificaram relação significativa entre PIB e endividamento familiar. Já o coeficiente positivo da renda média, ainda que estatisticamente marginal, indica que o aumento nominal da renda pode ser acompanhado pela ampliação das operações de crédito.

Em síntese, os resultados obtidos indicam que o endividamento das famílias brasileiras entre janeiro de 2020 e junho de 2025 esteve condicionado pelo ambiente macroeconômico restritivo, caracterizado por juros elevados, oscilações inflacionárias e crescimento econômico moderado, aliado à estagnação da renda real. Tais fatores produziram efeitos mais intensos entre os estratos de menor renda, que apresentaram maior sensibilidade às variações de custo do crédito e menor capacidade de recomposição financeira. Nesse contexto, o crédito adquire papel simultaneamente funcional e limitante, contribuindo para a manutenção do consumo, ao mesmo tempo em que amplia a exposição financeira dos grupos mais vulneráveis.

O estudo evidencia que as variáveis macroeconômicas e distributivas influenciam diretamente o comportamento do endividamento no país. Entre o primeiro trimestre de 2020 e e o segundo trimestre

de 2025, o percentual de famílias endividadas apresentou crescimento acumulado de aproximadamente 12,5 pontos percentuais, alcançando 79% no primeiro semestre de 2025.

O ano de 2025 foi marcado por elevação da taxa SELIC e manutenção de inflação resiliente. O modelo estatístico demonstrou robustez explicativa ($R^2 = 0,98$), destacando o papel central da taxa de juros e do PIB como determinantes do comportamento do endividamento.

As análises por faixa de renda mostraram que o endividamento apresenta comportamento mais pronunciado nas famílias com menor rendimento, cuja taxa supera 80%. Entre os domicílios com renda acima de dez salários-mínimos, observa-se menor participação relativa no endividamento e maior diversificação de modalidades de crédito utilizadas. Por fim, os resultados apontam que alterações nas condições macroeconômicas, sobretudo na taxa de juros e na renda, repercutem de maneira diferenciada entre os grupos de renda, influenciando não apenas o nível, mas também a finalidade das operações de crédito contratadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a influência dos fatores macroeconômicos PIB, taxa SELIC, IPCA e renda média familiar sobre o endividamento das famílias brasileiras no período de janeiro de 2020 a junho de 2025, considerando também a segmentação por faixas de renda. Os resultados evidenciaram que o endividamento é um fenômeno estrutural na economia brasileira e que sua evolução está intimamente ligada às políticas monetárias e ao comportamento da renda. Nesse sentido, verificou-se que, mesmo diante de choques econômicos significativos, o padrão de utilização do crédito pelas famílias manteve trajetória consistente, sugerindo que o endividamento cumpre função essencial na manutenção do nível de consumo.

O modelo econométrico proposto apresentou elevado poder explicativo ($R^2 = 0,9874$), indicando que quase 99% da variação no nível de endividamento das famílias pode ser justificada pelas variáveis analisadas. Entre elas, destacou-se a taxa básica de juros (SELIC), com coeficiente positivo e altamente significativo, demonstrando que os períodos de alta de juros não foram acompanhados de redução do crédito, mas sim de sua intensificação. Essa constatação reforça o caráter inelástico do crédito para as famílias brasileiras, que continuam recorrendo ao endividamento mesmo em contextos de encarecimento do financiamento, sobretudo para suprir necessidades básicas e manter o consumo. Tal comportamento confirma que grande parte do crédito não está associada a decisões de investimento, mas ao custeio da própria sobrevivência financeira.

O PIB apresentou relação negativa e estatisticamente significativa, confirmando que períodos de crescimento econômico tendem a reduzir o endividamento, ao passo que a inflação (IPCA)

apresentou sinal negativo, refletindo a retração no consumo e na oferta de crédito em contextos inflacionários mais severos. A renda média familiar manteve relação positiva, ainda que marginal, sugerindo que o aumento nominal de renda é acompanhado por expansão do consumo financiado, o que reforça o caráter cultural e comportamental do uso do crédito no país. Observou-se que, mesmo em momentos de recuperação econômica, as famílias tendem a manter padrões de consumo que frequentemente excedem sua renda disponível, utilizando o crédito como instrumento complementar.

Ao comparar-se os resultados com os obtidos por Leite Filho (2025), que analisou a inadimplência sob as mesmas variáveis macroeconômicas, observa-se uma convergência teórica e uma divergência empírica. Assim como no presente estudo, o autor identificou significância da SELIC e do PIB, porém constatou relação positiva entre o crescimento econômico e a inadimplência, ao passo que aqui se observou o efeito inverso sobre o endividamento. Essa diferença decorre da natureza das variáveis dependentes analisadas: enquanto a inadimplência reflete o não pagamento das dívidas, o endividamento abrange a contração de obrigações financeiras ainda em curso. Portanto, ainda que ambos os fenômenos estejam conectados, a inadimplência tende a aumentar com a deterioração da capacidade de pagamento, enquanto o endividamento cresce mesmo em períodos de estabilidade relativa.

Em ambos os casos, contudo, confirma-se a relevância das condições macroeconômicas para explicar o comportamento financeiro das famílias. O estudo de Leite Filho (2025) concluiu que o aumento da confiança do consumidor e dos juros eleva a inadimplência; já o presente trabalho demonstrou que esses mesmos fatores ampliam o endividamento, principalmente entre as famílias de menor renda. Assim, ambos os resultados se complementam ao revelar que o crédito atua simultaneamente como instrumento de estímulo econômico e como vetor de fragilidade social. A interação entre essas variáveis sugere que políticas de estímulo ao crédito, embora positivas para o dinamismo econômico, podem aprofundar vulnerabilidades quando não acompanhadas de medidas de proteção financeira.

A análise por faixa de renda mostrou que o endividamento é inversamente proporcional ao rendimento familiar. Famílias com renda de até três salários-mínimos apresentaram endividamento médio de 81,1%, enquanto entre as famílias com renda superior a dez salários-mínimos o índice foi de 67,5%. Essa diferença de 13,6 pontos percentuais revela que o crédito tem natureza distinta conforme o nível de renda: nas classes mais baixas, é um recurso de sobrevivência; nas mais altas, uma ferramenta de investimento e planejamento financeiro. Além disso, constatou-se que as condições de contratação do crédito variam substancialmente entre os estratos de renda, sendo as famílias de menor

renda submetidas a juros mais elevados e maior dependência de linhas de crédito emergenciais ou rotativas.

Os resultados obtidos reforçam a necessidade de políticas públicas voltadas ao crédito responsável e à ampliação da educação financeira, sobretudo entre as classes de menor renda, que enfrentam maior exposição ao ciclo de juros e inflação. Além disso, recomenda-se que futuras pesquisas incluam variáveis comportamentais e indicadores regionais, de modo a ampliar a compreensão sobre as causas estruturais do endividamento e da inadimplência no Brasil. Também seria relevante analisar a influência de programas sociais, como Auxílio Brasil e Bolsa Família, sobre a dinâmica do crédito, bem como o impacto de políticas de renegociação de dívidas na redução da inadimplência.

Em síntese, o presente estudo conclui que o endividamento das famílias brasileiras, entre janeiro de 2020 e junho de 2025, foi fortemente influenciado pela política monetária restritiva, pela perda do poder aquisitivo real e pela estagnação da renda. O fenômeno analisado transcende o comportamento individual do consumidor, refletindo desequilíbrios macroeconômicos e desigualdades estruturais de renda. Assim, mais do que um indicador financeiro, o endividamento representa um sintoma da vulnerabilidade econômica das famílias e um desafio à formulação de políticas públicas que promovam a estabilidade, a equidade e a inclusão financeira no país. O fortalecimento da capacidade financeira das famílias, aliado a políticas de crédito mais transparentes e equilibradas, constitui caminho essencial para mitigar riscos e promover maior resiliência econômica no longo prazo.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Histórico das metas para a inflação. Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicometas. Acesso em: 30 maio 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Indicadores de endividamento de risco e perfil do tomador de crédito. Estudo Especial, n. 80/2020. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2020. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/publicacoes/estudosespeciais. Acesso em: 18 mar. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. O que é inflação. Brasília, DF. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/oqueinflacao. Acesso em: 7 abr. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Cidadania Financeira 2021. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2021. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_de_Cidadania_Financeira_2021.pdf. Acesso em: 10 abr. 2024.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Taxa Selic. Brasília, DF. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/taxaselic. Acesso em: 22 maio 2025.

BARONE, F. M.; SADER, E. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 6, p. 1249–1267, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/TwryKYFwx8r4zRQyKX5Q8MH/. Acesso em: 14 jun. 2025.

BARTH, N. Inadimplência: construção de modelos de previsão. São Paulo: Nobel, 2004.

BONOMO, B.; MAINARDES, E. W.; LAURETT, R. Compra não planejada e endividamento pessoal: uma análise de relação. Revista Administração em Diálogo, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 49–69, 2017. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5346/534655930003/. Acesso em: 15 jun. 2025.

BORTOLUZZI, D. A.; BOLIGON, J. A. R.; HOLLVEG, S. D. S.; MEDEIROS, F. S. B. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011–2014. Perspectiva, Erechim, v. 39, n. 146, p. 111–123, jun. 2015. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/146_513.pdf. Acesso em: 26 mar. 2025.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Da macroeconomia clássica à macroeconomia keynesiana. São Paulo, 1976. Disponível em: https://bresserpereira.org.br/index.php/economics/economics-all-texts/7432-649. Acesso em: 11 abr. 2025.

BUSSINGER, E. As leis do dinheiro para as mulheres. São Paulo: Campus, 2005.

CAMARGOS, M. A. R. Análise do comportamento do nível de endividamento dos brasileiros. 2022. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/35495. Acesso em: 6 maio 2025.

CHU, V. Principais fatores macroeconômicos da inadimplência bancária no Brasil. In: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Juros e spread bancário no Brasil. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2001.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic): junho de 2025. Rio de Janeiro, 3 jul. 2025. Disponível em: https://portaldocomercio.org.br/publicacoes_posts/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-junho-de-2025/. Acesso em: 8 jul. 2025.

FIORENTIN, R. A. J. Sociedade de consumo e superendividamento: prevenção e tratamento jurídico do consumidor brasileiro superendividado na perspectiva da dignidade humana. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2019. Disponível em: http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/6759/1/Renata%20Angelis%20Jamardo%20Fiorentim.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M.; CORONEL, D. A. Influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento. Revista de Administração FACES Journal, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, 2013. DOI: https://doi.org/10.21714/1984-6975FACES2013V12N2ART808.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. IMF glossary: default. Washington, DC. Disponível em: https://www.imf.org/en/about/glossary. Acesso em: 19 ago. 2025.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUTTMANN, R.; PLIHON, D. O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças. Economia e Sociedade, Campinas, v. 17, número especial, p. 575–610, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ecos/a/wx3KSStvxhxbGZs6h7HRrxB/. Acesso em: 12 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. O desafio financeiro do futuro presidente sobre o endividamento das famílias brasileiras. São Paulo, 26 set. 2022. Disponível em: https://idec.org.br/artigo/o-desafio-financeiro-do-futuro-presidente-sobre-o-endividamento-das-familias-brasileiras. Acesso em: 27 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Inflação: conceito. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php. Acesso em: 19 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produto Interno Bruto – PIB. Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php. Acesso em: 9 set. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Ipea: dados macroeconômicos. Brasília, DF, 2025. Disponível em: https://www.ipeadata.gov.br/. Acesso em: 16 set. 2025.

KUNKEL, F. I. R.; VIEIRA, K. M.; POTRICH, A. C. G. Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores. Revista de Administração, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 169–182, 2015. DOI: https://doi.org/10.5700/rausp1192.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE FILHO, G. A. Fatores macroeconômicos e sua influência na inadimplência das pessoas físicas. Revista FSA, Teresina, v. 22, n. 5, 2025. DOI: https://doi.org/10.12819/2025.22.5.6.

LEITE FILHO, G. A. Indicadores macroeconômicos e endividamento pessoal/familiar brasileiro. Revista Economia e Políticas Públicas, Montes Claros, v. 12, n. 2, p. 62–86, 2024. DOI: https://doi.org/10.46551/epp2024v12n0204.

LINARDI, F. M. Avaliação dos determinantes macroeconômicos da inadimplência bancária no Brasil. 2008. 136 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: https://hdl.handle.net/1843/AMSA-7FNJU7. Acesso em: 23 abr. 2025.

LOPES, J. C. G.; FORMIGA, N. Existe uma personalidade do endividado? [S. l.]: Novas Edições Acadêmicas, 2020.

MAIA, A. S. R. S. Inadimplência e recuperação de crédito. 2007. Trabalho acadêmico (Escola de Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/13938. Acesso em: 21 set. 2025.

MANKIW, N. G. Introdução à economia. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

MARQUES, M. M. L.; FRADE, C. Regular o sobreendividamento. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2003.

MORAIS, R. L. Endividamento familiar no Brasil: uma análise entre renda, consumo e crédito no período de 2012 a 2023. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/33729. Acesso em: 13 maio 2025.

NERI, M.; CAMARGO, J. M.; GONZAGA, G. Salário mínimo, “efeito farol” e pobreza. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 263–276, 2001.

OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. Endividamento e sobreendividamento das famílias: conceitos e estatísticas para sua avaliação. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2002. Disponível em: https://oec.ces.uc.pt/biblioteca/pdf/pdf_estudos_realizados/estudo_parte2%20cap_1.pdf. Acesso em: 4 jun. 2025.

PARAISO, S. C. S.; FERNANDES, R. A. S. O crescimento do índice de endividamento das famílias brasileiras. Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação, Brasília, v. 6, n. 2, p. 12–26, 2019. DOI: https://doi.org/10.6084/m9.figshare.12296267.

POCHMANN, M. Desempenho econômico conjuntural e a situação recente do trabalho no Brasil. Revista NECAT, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 11–27, 2018.

PORTO, A. J. M.; CAVALLI, C.; LUKIC, M. S. R. Superendividamento no Brasil. v. 2. Curitiba: Juruá, 2016.

RIBEIRO, A. R. N.; MAIA, M. F. Endividamento familiar no Brasil. Revista Pet Economia UFES, Vitória, v. 2, n. 2, p. 37–41, 2022.

RIBEIRO, R. F.; LARA, R. O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 126, p. 340–359, 2016.

RUBERTO, I. V. G.; SILVEIRA, V. G.; VIEIRA, K. M.; BENDER FILHO, R. A influência dos fatores macroeconômicos sobre o endividamento das famílias brasileiras no período 2005–2012. Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, n. 37, p. 58–77, 2013. DOI: https://doi.org/10.17058/cepe.v0i0.3328.

SAMUELSON, P. A.; NORDHAUS, W. D. Economia. 19. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2010.

SANTOS, A. C.; SILVA, M. Importância do planejamento financeiro no processo de controle do endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. Revista Formadores, Cachoeira, v. 7, n. 1, p. 5–17, 2014.

SANTOS, J. Análise de crédito: empresas e pessoas físicas. São Paulo: Atlas, 2000.

SENADO FEDERAL. Antes do Plano Real, inflação no Brasil chegou a 2.500% ao ano. Senado Notícias, Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/antes-do-plano-real-inflacao-no-brasil-chegou-a-2-500-ao-ano. Acesso em: 16 maio 2025.

SERASA. Mapa da inadimplência e negociação de dívidas no Brasil. São Paulo, 2024. Disponível em: https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renegociacao-de-dividas-no-brasil/. Acesso em: 4 abr. 2024.

SERASA. O impacto das finanças na saúde mental do brasileiro. São Paulo, set. 2024. Disponível em: https://www.serasa.com.br/imprensa/gastos-com-saude-mental/. Acesso em: 3 nov. 2025.

SERASA. Perfil e comportamento do endividamento brasileiro 2022. São Paulo, 2022. Disponível em: https://www.serasa.com.br/imprensa/pesquisa-de-endividamento-2022/. Acesso em: 18 nov. 2025.

SILVA, D.; LOPES, E. L.; BRAGA JUNIOR, S. S. Pesquisa quantitativa: elementos, paradigmas e definições. Revista de Gestão e Secretariado, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 1–18, 2014. DOI: https://doi.org/10.7769/gesec.v5i1.297.

TRINDADE, L. L.; RIGHI, M. B.; VIEIRA, K. M. De onde vem o endividamento feminino? Construção e validação de um modelo PLS-PM. Revista Eletrônica de Administração, Porto Alegre, ed. 73, v. 18, n. 3, p. 718–746, 2012.

VIEIRA, E. M.; ROMA, C. M. S.; FERREIRA, B. P. O custo do crédito pessoal em relação ao nível de endividamento das famílias brasileiras e à taxa de juros Selic. Revista Economia & Gestão, Belo Horizonte, v. 14, n. 36, p. 138–172, 2014. DOI: https://doi.org/10.5752/P.1984-6606.2014v14n36p138.